

ÉMILE DURKHEIM E O SOCIALISMO COMO GRITO DE DOR

Luis Carlos Fridman¹

*"O que importa é sentir,
sob o frio moral que reina
à superfície da nossa vida coletiva,
as fontes de calor que as nossas
sociedades têm em si mesmas."*

(Durkheim, 1975, O futuro da religião.)

Émile Durkheim, um dos grandes inventores de teoria sociológica, viu os proletários de seu tempo à mercê dos capitalistas através do contrato de trabalho. Considerava que as grandes empresas industriais e comerciais, em sua "liberdade" de crescimento e nos benefícios que traziam, afetavam de modo muito grave a vida econômica dos povos. Defendeu a necessidade de mudanças na sociedade capitalista e, sem exortações, como era do seu estilo, postulou que, aos poucos, os burgueses deveriam desaparecer. Compartilhava muitos dos sentimentos de repugnância e ódio que atingiam os explorados e, no entanto, não foi um defensor das transformações radicais e da "política teatral" das revoluções.

Prudente, Émile Durkheim foi socialista a seu modo; queria ver os indivíduos expandirem livremente suas personalidades em um cenário onde as instituições fossem promotoras de igualdade e moderadoras de apetites insaciáveis. Supunha o controle moral e político da sociedade sobre a economia para desfazer anomias na divisão social do trabalho e, com isso, promover a regeneração de laços danificados na sociedade moderna. Justiça social não era, antes de tudo, socialização dos instrumentos de produção, e rechaçava a hipercentralização administrativa ou o coletivismo "puro", docilizador e sutocador das consciências. Durkheim ressaltava as qualidades do individualismo, "religião" do mundo moderno, com o seu culto da pessoa e do homem em geral, e o papel do Estado como instrumento de controle dos excessos da classe dos capitalistas - conjunto de pessoas que no seu afã de "desenvolvimento e expansão" através do lucro, acabavam por alargar as desigualdades sociais. Em resumo, o projeto de Durkheim para uma sociedade mais justa envolvia compatibilizar socialismo e individualismo.

Em sua concepção dos conflitos destrutivos atuantes na sociedade capitalista e da justiça a ser alcançada, Émile Durkheim não fez das flutuações da política a matéria-prima de suas elaborações. Acreditava mais no *métier* da sociologia e guardava razoável distância de partidos e movimentos, sem se furtrar a ter participação pública em episódios marcantes da vida política e ideológica da sociedade francesa de sua época, como o caso Dreyfus. Para ele, a ciência social poderia fazer mais pela justiça entre os homens do que as ideologias socialistas. Como sugere Lukes (1985, p. 321), o socialismo de Durkheim era idealista e não-político. Não se ocupou dos meios para atingir metas de curto prazo e debruçou-se, predominantemente, sobre seus generosos fins.

A pesquisa de Durkheim sobre a idéia de socialismo englobava um vasto conhecimento de Platão, Thomas Morus, Campanella, Saint-Simon, Proudhon, Fou-

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFF.

rier, Owen, enfim, dos autores que projetaram cenários da justiça social plena. Através de Neiglick, um amigo finlandês, Durkheim foi apresentado à obra de Karl Marx durante uma viagem a Leipzig e, pela leitura de alguns de seus textos, vê-se que travou contato com *O Capital*. Lukes (1985, p. 246), autor da grande biografia intelectual de Émile Durkheim, confirma que *O Capital* lhe era de algum modo familiar. Durkheim observou nos autores utopistas, socialistas e comunistas a expressão talentosa e muitas vezes genial de um mal-estar coletivo, de um sofrimento mais ou menos generalizado. E fazendo o devido elogio dessa herança intelectual, considerou que as projeções dadas daquelas mentes tinham deixado para as ciências sociais muito mais do que estas haviam oferecido em troca.

A expressão "socialismo como grito de dor", cunhada por Durkheim nas conferências sobre o socialismo que proferiu na Faculdade de Letras de Bordeaux em 1895 e 1896, resume numa expressão dramática as suas idéias sobre a emergência do socialismo na sociedade moderna e sugere uma concepção acerca da viabilidade de seus propósitos. As doutrinas socialistas, segundo Durkheim, denotavam as aspirações ligadas ao "estado social" do capitalismo com seus males e não eram, em si, a revelação desses males. Dor, sofrimento, desconforto e mal-estar eram sintomas do infortúnio no capitalismo mas as idéias despertadas por esses sentimentos estavam longe de explicar ou apontar as soluções para as doenças da sociedade. As formulações socialistas, enquanto "grito de dor", igualavam-se aos gritos de dor que haviam sido ouvidos em outras épocas da história da humanidade, pois em cada uma delas sempre houve uma parcela de homens mais vivamente indignados com a injustiça e a infâmia. O "sintoma socialista", portanto, nada tinha de novo para Émile Durkheim. Ele repetia, no mundo moderno, o mal-estar que tantas vezes acompanhara os homens quando atingidos pelas desigualdades através dos séculos, algo que desta vez, com a ajuda de um aparato conceitual, mereceria um tratamento não para anunciar a sua extirpação futura, em outro cenário, hipotético, mas, ao contrário, para que se pudesse pôr em movimento "cientificamente", na disposição das coisas sociais então existentes, as forças que neutralizariam o sofrimento.

Para Durkheim a sociedade era, antes de tudo, um fato moral. Seu socialismo, compatível com essa concepção, emergia como resultado de uma reforma moral. Em um mundo atravessado pela mentalidade do egoísmo e da satisfação dos apetites individuais, difusos, desorganizados, sem controle, malsãos, Durkheim supunha a recuperação de traços de solidariedade que, a seu ver, estavam nas "profundezas" da vida social e que faziam parte da própria natureza da associação coletiva. Para além do frio moral da sociedade moderna, capitalista, havia um calor - a emoção de "estar junto", o sentimento básico que atinge os indivíduos quando constituem a vida associativa, presente em qualquer sociedade - que poderia ser sentido por todos os homens: socialismo "durkheimiano". A supressão das relações econômicas capitalistas, a seu ver injustas sem dúvida, não faria retornar essa ordem de sentimentos, que deveriam ser paulatinamente resgatados pela ação consciente e racional dos homens sobre as instituições. O socialismo de Durkheim exprimiu muito mais a necessidade de combater o mal cultural do utilitarismo, a seu ver a fonte da dor, do que o intuito de superar a propriedade privada e coletivizar os instrumentos de produção. Entre os autores que Durkheim situava na corrente dos utilitaristas, estava - é importante lembrar - Karl Marx.

Em decorrência disso, pode-se focar brevemente a antropologia filosófica que emerge da reflexão de Durkheim sobre o socialismo e seu contraste com a de Marx, envolvendo idéias diversas acerca das condições individuais e sociais em que transcorreriam o bem-estar e a felicidade humana. Para Durkheim, a felicidade e a realização dos homens inclui a moderação dos desejos, o que supõe uma reforma moral para que não se prossiga na busca louca de satisfação de apetites insaciáveis. Em Marx o

cancelamento da propriedade privada abre a possibilidade dos indivíduos expandirem livremente as suas potencialidades no reino da liberdade, no comunismo. O "pequeno deus" de Marx - que pode tudo, ou quase tudo, porque as condições sociais assim o permitirão - difere da visualização do indivíduo com limites, sóbrio e feliz de Durkheim. Para Marx, superados os obstáculos da economia, o indivíduo pode dar livre curso para suas inclinações, capacidades e talentos. Quase nada o contém. Para Durkheim, a correção de rota do moderno fenômeno moral do utilitarismo permitiria à sociedade reencontrar os valores mais profundos da associação humana, o que permitiria uma expansão das personalidades de qualidade diversa daquela observada no capitalismo e no vale-tudo utilitarista. O indivíduo de uma sociedade mais solidária, segundo Durkheim, é mais feliz porque na contenção do egoísmo ele pode desfrutar de sentimentos e valores mais amplos, **sociais**, algo que nenhum homem poderia reunir por suas próprias forças. Tais regras introjetadas seriam uma benesse e não um cerceamento. Não há propriamente uma contradição entre o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada um no comunismo de Marx e o indivíduo limitado em seus apetites do socialismo de Durkheim. O que está em jogo é a visualização dos autores acerca do ambiente interior dos homens que desfrutarão de um mundo melhor e tal contraste é que este artigo se propõe a acompanhar.

* * *

Para além da dor, sentida em todas as épocas, e de suas manifestações então mais recentes, expressas nas diversas correntes de ideais socialistas, Durkheim supunha que se deveria buscar o entendimento geral da **idéia de socialismo** sobrepondo-se às suas diversas versões - comumente insufladas por paixões as mais impetuosas - em um estudo da história das idéias que captasse as **características comuns** presentes nas doutrinas socialistas encontradas ao longo do tempo. Formar-se-ia então uma concepção mais precisa do socialismo em geral, valorizando os traços permanentes em contraste com as demandas contingentes de cada época. Os traços permanentes seriam:

- 1) todas as doutrinas destinaram-se a superar as desigualdades sociais e focaram a economia enquanto campo de origem da desigualdade;
- 2) pretenderam reorganizar a economia em vista da origem desses males sociais.

Em função dessas características gerais:

"... chama-se socialismo toda doutrina que reivindique a ligação de todas as funções econômicas, ou de algumas delas, que são atualmente difusas, aos centros diretores e conscientes da sociedade" (Durkheim, 1993, p. 53).

Em uma frase sintética, Durkheim considera que o socialismo "é essencialmente uma tendência de organização" (Durkheim, 1993, p. 58), organização que diria respeito ao controle da sociedade sobre a economia, em oposição ao "livre jogo das forças econômicas" que, no entender de Durkheim, danificava as relações dos homens entre si e levava ao "estado social" de sofrimento que as projeções socialistas buscavam reparar. No caso da sociedade moderna tratava-se de proteger os interesses coletivos de certas influências particulares (Durkheim, 1993, p. 48), as das empresas capitalistas, cuja maneira de existir não obedeciam a quaisquer regras que não as do mercado. Durkheim não queria acabar com a iniciativa econômica dos agentes privados e nem submetê-los a constrangimentos que viessem a cercear a sua criatividade; considerava, porém, que a sociedade, com suas reservas de valores, deveria ter intervenção sobre o processo de criação e distribuição da riqueza material. E, no plano contrafactual, ao invés de rebaixar a atividade econômica ao deserto da planificação absoluta, Durkheim supunha a elevação proveniente da "moralização das atividades comerciais e industriais". Em

outras palavras, para a economia, Durkheim postulava o aumento da densidade moral, ou seja, um contato mais freqüente e intenso entre as esferas pública e privada.

Ao lado disso, para Durkheim, as teorias de Platão, Thomas Morus, Campanella, Owen, Saint-Simon, Fourier e Karl Marx inventavam um "país imaginário" onde se processaria a perfeição social. No seu entender, essas teorias "*só tocam muito fragilmente a realidade social e só ligeiramente aspiram a agir sobre ela*" (Durkheim, 1993, p. 68), ou seja, seriam socialismos não-científicos. É necessário definir, com alguma precisão, o "socialismo científico" durkheimiano, pretensamente não-utópico.

Como acentua seu sobrinho Marcel Mauss, para Durkheim cabia explicar uma ideologia, a ideologia socialista (Mauss, 1993, p. 31). Projeções para o futuro eram a-científicas, pois não havia como estudar algo que ainda não existia, e Durkheim contrapunha a isso o que as doutrinas socialistas, enquanto manifestação de mal-estar, podiam indicar, devidamente elaboradas, para a compreensão do presente. O socialismo, um sintoma, permitia concluir, pelas características anteriormente mencionadas, que a economia deveria estar submetida ao controle moral exercido pela sociedade, ao invés de ser deixada ao "livre jogo" dos apetites e interesses que, ao fim, provocavam os males materiais e espirituais que deveriam ser sanados. Faltava, no entender de Durkheim, uma análise da "institucionalidade do presente", que não era compensada pelo anúncio do futuro ou a promessa de uma vida fundada na harmonia entre os homens. Tratava-se de saber quais eram e onde estavam as forças que permitiriam superar o estado presente de desorganização e erosão da solidariedade e, ainda, qual o universo de representações em que os homens estariam habilitados ou desejosos de viver igualmente com seus semelhantes.

Mais uma vez, "fazer ciência" do socialismo era, para Durkheim, encontrar no passado como a **idéia de socialismo** tinha se conformado e adensado para, enfim, definir seus traços gerais e mais definitivos, para além das diversas versões encontradas em cada época: "*é preciso distinguir os traços que são sempre os mesmos em todas as doutrinas socialistas sem exceção*" (Durkheim, 1975, p. 202). Assim como, em "*As formas elementares da vida religiosa*", buscou nas sociedades primitivas as relações "essenciais e permanentes" que porventura poderiam esclarecer a vida das sociedades complexas, Durkheim intentou, através do estudo dos traços comuns das idéias socialistas, descobrir o que era "essencial" no socialismo. Em vez de socialismo enquanto ciência, Durkheim queria fazer ciência do socialismo, ou, em outras palavras, queria fazer da sociologia a contrapartida do socialismo enquanto ideologia, segundo sugere Marcel Mauss.

Outras passagens revelam a resistência de Durkheim à "ciência" do projeto acabado para o devir, como a de que "*as especulações sobre o futuro não são fatos seus, embora a ciência tenha como objetivo último torná-los possíveis*" (Durkheim, 1993, p. 34). Ideologias socialistas lidam com o que **deve ser**, enquanto, para Durkheim, a ciência deveria ocupar-se com o **o que foi** ou com o **o que é**. É, ao tentar decifrar o socialismo enquanto ideologia, chegou ao diagnóstico de que as doenças morais da sociedade moderna conformavam uma institucionalidade em que a **difusão** (palavra recorrentemente usada por ele) das atividades econômicas fugiam ao controle da sociedade. Por exemplo, empresas concorrentes não formariam, no interior da sociedade, um todo com unidade; isto é, cada uma defendia seus próprios interesses. Não constituíam devidamente uma comunidade moral e, portanto, claudicavam os laços de solidariedade entre elas. O jogo regular e normal das funções comerciais e industriais escapava ao conhecimento do Estado, e via-se, assim, o decréscimo da coesão social decorrente da divisão social do trabalho. Para a superação desse "estado social", Durkheim salientava o controle moral e político sobre a economia - que separava e dividia os homens - através do Estado, desta vez como instrumento de **repercussão** dos "sentimentos subtraídos" no mundo do cálculo egoísta, pois:

"... é evidente que, num organismo onde o trabalho está dividido, as funções não podem deixar de ser difusas para passarem a ser organizadas senão quando estiverem estreitamente ligadas ao órgão central; pois é unicamente por intermédio deste último que lhes é possível participar na vida geral, visto ele estar especialmente encarregado disto" (Durkheim, 1975, p. 206).

Ainda assim Durkheim duvidava de um futuro inteiramente desenhado:

[O socialismo] *"É um sistema completo da sociedade, considerado no passado, no presente, e, por conseguinte, no futuro; ora, é impossível que um sistema tão amplo possa ser cientificamente construído"* (Durkheim, 1975, p. 214).

O cenário do socialismo, para ganhar o atestado de factibilidade científica, necessitava de demonstrações que não haviam sido alcançadas pela sociologia recém-nascida. Ou ainda, referindo-se a *O Capital*:

"Atualmente a ciência só pode estabelecer leis parciais, restritas e mal ligadas entre si; ela impõe portanto a maior circunspeção para tudo o que diz respeito à prática. Para fazer julgamentos tão categóricos como os dos socialistas sobre o conjunto de nossas instituições sociais, era preciso saber melhor o que são estas instituições, quais as causas que as suscitarão, a que necessidades respondem e que relações mantêm umas com as outras. Mas para isto são necessárias muitas outras investigações que só agora foram iniciadas. Para sermos exatos, o socialismo não pode portanto ser científico. Ele apenas pode utilizar certos dados, incompletos e fragmentários, da ciência para os pôr ao serviço de uma causa que ele defende por razões estranhas à ciência, pois ele a ultrapassa. Por exemplo, quantas observações estatísticas, históricas, etnográficas supõe a menor das teorias d'O Capital! Ora, estes estudos, Marx não só não os tinha feito, como a maior parte ainda está por fazer. Não é que não haja neste livro, pontos de vista filosóficos muito sugestivos. Mas não se devem confundir intuições, mesmo belas e fecundas, com leis definidas e metodicamente demonstradas" (Durkheim, 1975, p. 214-215).

Ciência incompleta, para Durkheim, corre junto com a incerteza da previsão. Em vez da "filosofia" em torno do país imaginário, a ciência relativa ao presente implica também uma volta ao passado e envolve as instituições existentes: como se formaram, desenvolveram, a que necessidades responderam. O fundamento destas observações de Durkheim é o papel da religião nas sociedades primitivas, "abreviação de toda a vida coletiva", e seu destino, o individualismo na sociedade moderna. Durkheim ressaltou a ausência de um diagnóstico acerca do individualismo, "atmosfera moral" que se respirava na sociedade moderna. O tanto de ciência social que se tinha na época permitia afirmar, de forma incompleta segundo Durkheim, que, quando as doutrinas socialistas se moviam no terreno do utilitarismo, reproduziam os traços mais perversos causadores do próprio mal-estar que supunham poder superar.

Na sociedade reconstruída, dever-se-iam conciliar os interesses individuais com os interesses sociais. Neste aspecto, Durkheim valorizava positivamente o individualismo, em contraposição ao utilitarismo. Isso pode ser observado nas muitas expressões que dedica a esse traço predominante da cultura moderna como "expansão das personalidades individuais", "culto da pessoa", "culto do homem em geral" (vivido pelos homens sob a forma de simpatia, de calor, de ternura, em suma, sob uma forma afetiva, como aponta Jean-Claude Filloux na "Introdução" de *"A ciência social e a ação"*),

"desenvolvimento da personalidade individual" (Durkheim, 1975, p. 211), e, mais longamente:

"... o culto de que ele [o homem] é ao mesmo tempo o objeto e o agente não se dirige ao ser particular que ele é e que traz o seu nome, mas à pessoa humana, esteja onde estiver e seja qual for a forma que ela encarna" (Durkheim, 1975, p. 240).

Tudo isso para dizer que o individualismo não se confunde com o utilitarismo, versão perversa e anômica de um valor, que, segundo Durkheim, resultava num ideal sem grandeza:

"... esse comercialismo mesquinho que reduz a sociedade a um vasto aparelho de produção e de troca" (Durkheim, 1975, p. 236).

Algo que não permite ver uma vida moral cujos interesses são superiores aos interesses individuais. A vertente "sadia" do individualismo, ressaltada por Durkheim, era a própria simbolização da sociedade, a comunhão das forças de simpatia, de solidariedade e do "calor" fundante da própria vida coletiva. Por isso Durkheim chamou-a de "religião do mundo moderno", que tinha no homem em geral o seu fiel e o seu deus. Cumpria as mesmas funções de coesão social, de solidariedade, que as religiões desempenharam nas sociedades primitivas, desta vez em tempos da solidariedade orgânica, da expansão da divisão do trabalho e da especialização das funções com a autonomia das personalidades que lhe vinha de par. Em síntese:

"Em definitivo, o individualismo assim interpretado é a glorificação, não do eu, mas do indivíduo em geral. Tem por motor, não o egoísmo, mas a simpatia por tudo o que é homem, uma maior piedade por todas as dores, por todas as misérias humanas, uma mais ardente necessidade de os combater e atenuar, uma maior sede de justiça" (Durkheim, 1975, p. 241).

Tratava-se, pois, de "completar, alargar, de organizar o individualismo, e não de o combater e restringir" (Durkheim, 1975, p. 248), ou seja, dever-se-ia libertar os espíritos das visões egoístas e dos interesses materiais; substituir a piedade religiosa por uma espécie de piedade social (Durkheim, 1975, p. 159) - ação que era, ao fim, restauradora das próprias forças fundantes da sociedade, o "calor" de suas profundezas, e conteúdo geral de sua reforma moral, da "atmosfera" que favoreceria o socialismo.

O individualismo era, portanto, essa benesse e deveria acompanhar a distribuição da riqueza e o apoio aos desvalidos. Daí derivava a idéia de um socialismo democrático *versus* o coletivismo socialista, que, para Durkheim, postulava a hipercentralização administrativa contribuindo para o abafamento das personalidades individuais e das vontades. Por contemplar o indivíduo e a expansão da personalidade, o socialismo, segundo Durkheim, era moderno e democrático, enquanto o comunismo, na sua pretensão de coletivização máxima, era atrasado e autoritário, pois repetia traços do mundo primitivo e dos estágios pouco avançados da evolução social onde as personalidades não teriam tido oportunidade de expansão. Assim Durkheim associou a previsão do comunismo de Karl Marx à corrente regressiva, utópica, uma interpretação "pessoal" de um autor genial. O socialismo, ao contrário, era valorizado como expressão da sociedade moderna, da complexificação social e das funções produtivas, calcado na ciência e na pesquisa, prudente e rigorosa, operacionalizada pelo Estado no sentido da reconstrução moral e legal da sociedade. De maneira geral pode-se dizer que a obra de Durkheim é uma contestação ao utilitarismo como comportamento naturalizado na vida coletiva e isso pode ser observado pelos princípios norteadores de sua sociologia mas o mínimo que se pode dizer é que descarta de forma um tanto ligeira as muitas demonstrações de Marx acerca do funcionamento da economia capitalista - que separa e divide

os homens na vida moderna -, em prol de uma unidade moral **sempre presente**, do "calor" das profundezas que estaria na própria natureza da associação coletiva.

O socialismo de Durkheim centralizava-se no Estado, "cérebro" do "corpo social", "órgão de reflexão desse corpo", e sede de uma consciência especial, solidária. Seus órgãos diretores conviveriam e sentiriam a pressão de instituições intermediárias como as corporações, favorecendo o contato que poderia promover ligações orgânicas duradouras entre "os de cima" e "os de baixo". Este socialismo resultaria de uma comunicação intensa desses centros diretores da sociedade com o conjunto dos setores sociais, o que significaria um trânsito constante de informações, avaliações e decisões entre as funções e atividades comerciais com esses núcleos diretores e conscientes. Ao invés do "livre jogo das forças econômicas", Durkheim idealiza o *rattachement* das funções econômicas ao "cérebro social". Trata-se, portanto, da moralização da atividade industrial ao invés da transformação dos valores a partir da mudança do regime de propriedade ou, ainda, a moderação da potência do capital pela interveniência de uma força maior, o Estado, capaz de fazer valer os interesses gerais da sociedade. Quanto mais *rattachement*, menos exploração, ou, dito de outra maneira, quanto mais integração moral, menos luta por interesses egoístas. Um passo além, quanto maiores forem a ligação orgânica na sociedade e sua densidade moral, menor será o peso da economia, que separa e divide os homens:

"Socializar a vida econômica é, efetivamente, subordinar os fins individuais e egoístas que ainda são preponderantes para fins verdadeiramente sociais e portanto morais. E, conseqüentemente, introduzir uma moral mais elevada. Por isso se pode dizer, não sem justificação, que o socialismo tenderia a realizar maior justiça nas relações sociais" (Durkheim, 1975, p. 207).

Para Durkheim, portanto, os fins egoístas não são verdadeiramente sociais e morais. Há uma questão de princípio de sua sociologia que imprime um certo diagnóstico ao utilitarismo e que informa sua leitura de *O capital*. Assim surge a interpretação de que o arrebatamento (marxista, comunista) dirigido ao futuro alimentava a incompreensão do presente. As doutrinas socialistas utilitaristas supunham a revolução social sem a indispensável reforma moral capaz de despertar nos homens a expansão de sentimentos e idéias que os inclinariam ao socialismo. Na construção do socialismo, "cabeças" capitalistas não poderiam dar em boa coisa. A crítica do "panorama espiritual" deveria ser mais ampla e abarcar as emoções profundas e os valores que impeliriam os homens a desfrutar de outra maneira o convívio societário:

"... [os socialistas] não têm suficientemente em conta a necessidade do aparecimento das regras morais que, supondo realizada uma justiça social ideal, deverão enquadrar os desejos dos homens e convencê-los a não aspirarem a mais do que aquilo que podem obter em função dos seus méritos sociais. Liberdades individuais e promoção da pessoa são inseparáveis da moralização das relações sociais: esquecendo-o, os socialistas entram em contradição com o próprio sentido da aspiração que querem exprimir na ação" (Filloux, 1975, p. 42).

Para Durkheim, o anúncio do comunismo, formulado por Karl Marx e difundido por aqueles que adotaram o materialismo histórico, era eminentemente utópico, pois desconsiderava a "atmosfera moral" em que os homens viviam. Essa atmosfera, constitutiva de **qualquer** sociedade, era o calor do grupo, os laços afetivos presentes na participação comunitária e no contato interpessoal na medida em que cada indivíduo precisa do outro. Esse fato antecede, para Durkheim, quaisquer considerações de ordem econômica: vinha vicejando na história da humanidade desde as socie-

dades primitivas, através da religião, instituição de caráter eminentemente moral e que denotava a "concentração" das possibilidades humanas. O primado do econômico fraquejava na análise pois, para Durkheim, a religião, desde os primórdios da humanidade, havia sido a instituição fundamental, em torno da qual os homens fizeram arte, política, jurisprudência, estabeleceram regras morais e até mesmo organizaram a sua vida econômica. Ou, como está confirmado na "Conclusão" de *"As formas elementares da vida religiosa"*:

"Por outro lado, sabe-se há muito tempo que, até um período relativamente avançado da evolução, as regras da moral e do direito foram indistintas das precrições rituais. Pode-se portanto dizer, em resumo, que quase todas as grandes instituições sociais nasceram da religião. Ora, para que os principais aspectos da vida coletiva tenham começado por ser meras variedades da vida religiosa, é preciso evidentemente que a vida religiosa seja a forma mais elevada e como que uma expressão abreviada de toda a vida coletiva" (Durkheim, 1978, p. 169).

Como se vê, o núcleo do argumento de que a vida social era, antes de tudo, vida moral, foi devidamente aplicado ao cenário do socialismo. Tratava-se portanto de descortinar a "realidade subjacente" dos valores e crenças comuns e levar adiante uma reforma moral para sanar os males do capitalismo. Com respeito às desigualdades econômicas, isso se faria através da "ligação" (*rattachement*) das funções econômicas ao Estado, o que atestaria o controle político e moral da sociedade sobre a economia. Durkheim era viva e repetidamente impressionado com o fato fundante de que:

"... o indivíduo sinta esta massa social que o envolve e o penetra, que a sinta sempre presente e atuante, e que este sentimento domine sempre o seu comportamento" (Durkheim, 1975, 15n).

Desta vez o socialismo também seria um "estado social" em que esse calor voltasse a produzir as repercussões afetivas desejadas através das liberdades individuais e da promoção da pessoa, ao invés da fria atmosfera moral de um mundo impulsionado por interesses egoístas. Durkheim considerava que as doutrinas socialistas em geral tendiam a esquecer os valores do individualismo regenerado e do culto da pessoa e que a meta unívoca da coletivização dos instrumentos de produção acabaria por tornar os indivíduos "dóceis" à centralização econômica e afastados da possibilidade de se tornarem personalidades expansivas.

Não é um exagero a interpretação de Giddens de que Durkheim tratava a sociedade *"como uma espécie de 'super-ser' ao qual os membros individuais exibem bem apropriadamente uma atitude de reverência"* (Giddens, 1991, p. 22). Porém Durkheim preferia observar a sociedade pela ótica da solidariedade e da comunhão moral, o que Renato Ortiz chamou de *"obsessão pelo consenso"* (Ortiz, 1989, p. 21). Percebia os graves conflitos sociais, os grandes dilemas da sociedade moderna, mas foi um autor permanentemente interessado no fenômeno "puro" da vida associativa, motivado pelas forças que, renovadamente, poderiam ser despertadas pelo "estar junto", pela comunhão de fiéis ou de cidadãos. Mostrou-se, sempre, atento à "efervescência" que a vida em sociedade proporciona. O espetáculo moral, para ele, era mais forte. Revelava as forças que, a seu ver, constituíam a própria natureza das coisas sociais, o que as colocava de pé; sem elas, não haveria sociedade. Valores, regras morais, códigos, linguagens, e, inclusive, a economia, derivavam dessa "realidade primeira".

O universo moral e ideológico, que Durkheim julgou acompanhar desde o "nascidouro" através do papel fundamental da religião nas sociedades primitivas, também estaria presente nas sociedades complexas, "assim como o ar que se respira",

segundo as suas palavras. Portanto, não acreditava que a vida coletiva pudesse ser descortinada, em seus traços mais definitivos, através da mera inteligibilidade da vida material e das relações econômicas - para ele, todo o resto, que era quase tudo, permaneceria assim intocado e afastado da elaboração científica. As representações construídas pelos homens nesse "estar junto" tinham vida própria, não eram um "epifenômeno" da base material: constituíam sua vida moral. Indivíduos associados, infinidade de representações espirituais em comunicação, redundavam em fenômenos por demais amplos e surpreendentes para serem sumarizados por determinações econômicas. Durkheim considerava, por exemplo, que a "vegetação luxuriante" das representações espirituais e morais das religiões primitivas não poderia ser revelada apenas pela medição do estágio econômico que porventura as determinariam. Para Durkheim, na sua contestação do materialismo histórico, vida demais havia sido deixada de lado - toda uma "atmosfera", uma "arquitetura" intelectual e moral que tinha existência própria, que seguia leis de formação que derivavam do continente específico da espiritualidade, do simbólico, enfim, as próprias forças de sentimento e de elaboração intelectual que os homens haviam erigido através de religiões e de crenças as mais diversas.

Quando se transporta esta concepção de Durkheim para a análise dos males da sociedade capitalista chega-se, então, à idéia da reforma das consciências, da reforma moral para a promoção da justiça social. Formulado o diagnóstico do tempo capitalista, com o individualismo como "religião", Durkheim lançava a "previsão": tratava-se de fazer conviver o egoísmo e os apetites individuais com valores altruístas e de solidariedade, ou, em seu correlato material, submeter a **difusão** econômica (com o livre jogo do mercado e a atuação das empresas sem qualquer regulamentação, além da busca egoísta de lucro e da exploração que se impingia aos trabalhadores) à organização, isto é, ao controle moral e político da sociedade. O novo individualismo, antevisto por Durkheim, estava igualmente distante do utilitarismo e da anarquia: era a "*imagem desse novo socialismo*" (Filloux, 1975, p. 19). Em síntese, socialismo era expansão da personalidade com retomada dos valores altruístas, ou ainda, desenvolvimento da divisão do trabalho com controle político e moral sobre a economia. Por exemplo, o excesso de poder embutido nos contratos leoninos de trabalho impostos à classe operária, lesando o sentimento de simpatia humana que está na base da moralidade, deveria ser contido através desse controle moral e político sobre a economia. Isto supõe comunicação incessante, negociação no interior das corporações e influência sobre as decisões gerais; em uma palavra, *rattachement*, com o Estado enquanto "cérebro" - que restitui as forças morais, o poder moral **da sociedade**, através da garantia dos valores individualistas, ao mesmo tempo que "pensa" os problemas da época de forma superior aos valores correntes (egoístas). O Estado teria este atributo por ser um resultado potenciado da associação coletiva, sede de um "tesouro espiritual e moral" que denotaria a "hiperespiritualidade", a máxima potência intelectual somente reunida **na e pela** vida coletiva moderna. Para além das vontades particulares, o papel inovador do Estado resultaria dessa concentração moral e velaria pelo que é geral, que se sobrepõe aos interesses particulares.

Tratava-se de ressaltar e restituir à sociedade as forças que nela existiam e que a constituíam, apesar da anomia que a expansão e o desenvolvimento da divisão do trabalho, processo inelutável, deflagravam. A visão de Durkheim incluía a idéia dessa "*vida intensa construída nas profundezas da sociedade*", esse "*calor, que procura caminhos de viabilidade e que acabará por os encontrar*" (Filloux, 1975, p. 54). Neste sentido a **previsão** de Durkheim da justiça social lidava com forças morais que a seu ver **sempre existiram**, que estariam na própria natureza das coisas sociais. Além disso, a existência dessas forças e sua reativação anti-utilitarista não definiam o contorno acabado do cenário futuro, esse era o campo da **invenção** e da possibilidade dos homens erigirem formas mais solidárias de viver. O desenho definitivo da coesão social a ser alcançada não poderia ser estipulado.

Nesse *rattachement*, a democracia estaria sempre por ser reinventada. Isso envolveria a intervenção dos grupos profissionais na política para contrabalançar o imobilismo rotineiro e a tirania da burocracia estatal, assim como os interesses puramente eleitorais dos parlamentares. As corporações reuniriam os agentes de um mesmo ramo industrial ou de atividade, constituindo uma organização democrática própria, com uma assembléia eleita com representantes dos empresários e dos empregados. Estabeleceriam as regras profissionais internas, organizariam o ensino dos adultos, poderiam ter representantes nas assembléias políticas e até mesmo herdar os bens de seus membros.

O "país imaginário", ainda que recheado das aspirações sociais do tempo em que foi concebido, não revelava as vias de sua realização. Desse cenário nenhuma ciência poderia advir. Durkheim relutava na especulação acerca de uma "outra" sociedade; viu a sociedade buscando e encontrando novos estados de equilíbrio. O impacto das antevídesões era secundário na formulação de seus argumentos: estava preocupado com a justiça social da sociedade moderna e com a ação dirigida neste sentido. O que deveria ser alcançado estava nas "profundezas" dessa sociedade. Ao diagnosticar o individualismo utilitarista como origem do sofrimento, acreditava ter atingido o nó das desigualdades e produzido as indicações científicas (ainda que incompletas) para a consecução do seu socialismo.

Marx, segundo Durkheim, teria errado ao valorizar a revolução proletária pois esta seria uma reprodução do utilitarismo ou, nos seus termos, a revolução do "egoísmo operário". O egoísmo utilitarista não era somente um egoísmo burguês. **Todos os homens respiravam essa atmosfera**, e a dor e o mal-estar que animavam a eventual revolução socialista contra os proprietários dos meios de produção não seria capaz de sanar a doença moral de todos, inclusive das classes dominadas, supostas protagonistas de uma revolução emancipadora. O diagnóstico científico da sociedade, segundo Durkheim, indicaria uma vida melhor **para toda a sociedade**. Portanto, na ausência de uma apreciação mais certa do universo moral do individualismo anômico e do utilitarismo, o anúncio do comunismo feito por Karl Marx não continha uma "ciência da sociedade", era apenas uma aspiração, um sentimento ou um desejo: não habilitava para a ação.

Este tratamento da sociedade capitalista e da revolução desaguavam em uma antropologia filosófica. Ao contrário do "homem total" de Marx, desembaraçado de limitações materiais e livre para desenvolver todas as suas potencialidades, ideal a seu ver utópico, Durkheim supunha a limitação dos desejos como parte da reforma moral. Esta favoreceria uma sobriedade solidária que o utilitarismo nunca poderia oferecer com a sua busca louca de satisfação de apetites insaciáveis. A não-moderação dos impulsos egoístas era fonte de sofrimento, repetindo, conforme assinala Filloux, "*o mesmo homem anômico de Le suicide que estabelece necessidades estruturalmente inacessíveis*" (1975, p. 60).

Alcance, para Durkheim, comportava, decisivamente, a contenção dos desejos em si. E de algo **melhor**, oferecido pela esfera das representações coletivas. Dito de outra maneira, o altruísmo seria a presença da sociedade no interior da vida individual propiciando o trânsito do egoísmo para a valorização propriamente humana do "estar junto". A revolução proletária e o socialismo operário, com seus projetos inalcançáveis, não fariam o homem feliz. Durkheim não acreditava em paraíso terrestre, no país imaginário, e pretendia, com a sociologia, evitar sonhos abusivos. O que estava em jogo, para ele, não era a revolução de uma classe - ainda que majoritária - contra outra classe da sociedade (minoritária, responsável pela injustiça e pela desigualdade), mas, ao contrário, como seria possível alcançar uma "atmosfera moral" que permitisse a convivência do egoísmo de cada indivíduo e da expansão da personalidade com uma moral altruísta presente na extensão da sociedade. Assim todos seriam beneficiários do bem-estar da mudança dos valores, e estariam aptos a desfrutar, na interação com o outro, de sentimentos engrandecedores. **O individualismo com regra moral, com**

contenção dos apetites insaciáveis, com aumento da região da espiritualidade de cada um dominada por valores altruístas decorrentes da presença da vida coletiva no interior da vida individual, é, guardadas as devidas proporções, o terreno de representações onde cresce o indivíduo protagonista de um mundo mais justo.

Para Marx não há correção de rota mas a inevitabilidade da revolução. Com a transformação das relações de produção estariam criadas as condições para que houvesse a mudança, ainda que paulatina, dos valores e, portanto, na projeção mais alongada no tempo, o utilitarismo poderia ser apreciado como uma "curiosidade histórica" ultrapassada pela nova vida material. O "homem total" do comunismo de Marx não precisaria ser contido em ímpetos que não existiriam mais. O "íntimo" dos seres humanos não seria atravessado predominantemente por apetites insaciáveis que, historicamente, teriam sido deixados para trás. Seria o tempo da abundância e da unidade diferenciada do comunismo em que a mais ampla expansão das potencialidades de cada um contribuiria para o desenvolvimento do todo, da sociedade. Estaria rompida a opacidade das relações sociais e o domínio do homem sobre a história seria mais do que uma garantia para a harmonia na vida coletiva. A filosofia da história de Marx ajuda a produzir a imagem do "homem total"; sem a teleologia uma larga margem de incertezas cerca a especulação sobre os protagonistas da sociedade sem classes.

Por outro lado, a visualização do "homem total" de Marx está ancorada na percepção de que o capitalismo permite a auto-realização para uns poucos e que se trata de ampliá-la, abolindo os obstáculos materiais à plena expansão de todos os indivíduos; não se trata de homens do futuro cujas possibilidades de vida não podemos imaginar. O "homem total" é filho da reflexão acerca do extraordinário desenvolvimento das forças produtivas propiciado pelo capitalismo e das barreiras de classe que impedem a sua disseminação. Marx fez o anúncio do futuro a partir dessas forças despertadas mas não se deteve na análise do trânsito de um cenário a outro, algo que coube, por exemplo, a Antonio Gramsci através da idéia de reforma intelectual e moral em que o partido das classes subalternas poderia proporcionar a elevação intelectual de massa através da difusão das conquistas mais avançadas da filosofia e da ciência até então existentes. Gramsci preocupava-se com a "subjetividade avançada" compatível com a "materialidade avançada" da superação das relações de produção capitalistas.

Durkheim, a seu jeito, também propôs uma reforma intelectual e moral que teria o sentido do resgate das tendências mais profundas da constituição da vida associativa em geral, o "calor" das profundezas. Postulou a intervenção consciente para a retomada do que sempre existiu, o núcleo benéfico da "hiperespiritualidade" do social. A teleologia de Marx oferece garantias para um futuro sem garantias e o evolucionismo de Durkheim olha para trás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo : Difel,1975.
- , A sociedade como fonte do pensamento lógico. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). *Durkheim*. São Paulo : Editora Ática,1978.
- , Socialismo. In: FRIDMAN, Luis Carlos. (org.). *Socialismo: Émile Durkheim e Marx Weber*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1993.
- FILLOUX, Jean-Claude. Introdução. In: DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo : Difel,1975.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo : Editora UNESP, 1991.
- LUKES, Steven. *Émile Durkheim, his life and work: a historical and critical study*. California : Stanford University Press,1985.
- MAUSS, Marcel. Introdução à primeira edição francesa de *Le socialisme*. In: FRIDMAN, Luis Carlos, *Socialismo: Émile Durkheim e Max Weber*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará,1993.
- ORTIZ, Renato. Introdução. In: DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo : Edições Paulinas,1989.